

# ENTRE O SONHO E A REALIDADE – OS JOVENS E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO<sup>1</sup>

(ANALYSIS THE RELATIONS BETWEEN THE YOUNG AND THE WORLD TO THE WORK)

MARIA NOBRE DAMASCENO<sup>2</sup>

## RESUMO

*O presente artigo, esboça uma análise das relações entre os jovens e o mundo do trabalho. A abordagem do tema é realizada a partir das seguintes dimensões: a tematização social da juventude no Brasil, buscando apoio na tendência que considera o jovem como ator e sujeito histórico produtivo; os jovens e as perspectivas de trabalho face à reestruturação produtiva que vem ocorrendo na sociedade ocidental contemporânea, especialmente a partir da década de noventa; o aporte da economia solidária destacando a função social das organizações populares no processo de geração de emprego e renda, e ainda, e sua contribuição para a sociabilidade e construção da identidade dos jovens.*

**Palavras-chaves:** Juventude, Educação, Trabalho.

## ABSTRACT

*This paper outlines an analysis the relations between the young and the world to the work. The boarding of the subject is carried through from the following dimensions: the social tematização of youth in Brazil, searching bracket in the trend that considers the young one as actor and productive historical citizen; the young and the perspectives of work face to the productive reorganization that comes occurring in the occidental society contemporary, especially from the decade of ninety; it arrives in port it of the solidary economy detaching the social function of the popular organizations in the process of generation of job and income, and still, and its contribution for the sociability and construction of the identity of the young.*

**Keywords:** Youth, Education, Work

## INTRODUÇÃO

O pesquisador social ao se defrontar com a realidade contraditória do mundo em que vive seguidamente se choca, se indigna, com a dominação, a exploração, as diversas formas de exclusão social, outras vezes, se espanta e se encanta com a capacidade de que o ser oprimido, explorado e excluído possui de reagir e criar formas novas de sobrevivência e de convivência coletiva. Certamente é este o sentimento que nos invade ao confrontar sonhos e realidade dos jovens, especialmente quando focamos as suas relações com o mundo do trabalho.

A sociedade contemporânea, é marcada por uma conjuntura ao mesmo tempo tão rica de informações, quanto caótica em termos de valores, e normas de conduta. Tal situação afeta a todos os segmentos sociais; contudo, nenhum grupo social é atingido de forma tão particular por essas mudanças aceleradas quanto os jovens. Na verdade, estas alterações passam a constituir importante referência no conjunto das circunstâncias históricas que condicionam o comportamento da juventude.

As conseqüências desse processo afetam não apenas o âmbito da cultura, que envolve, saberes, valores, atitudes, habilidades, ainda, os meios empregados na apropriação e difusão do conhecimento, mas sobretudo, as relações de trabalho consubstanciada no que vem sendo chamada de reestruturação produtiva.

Neste texto, a abordagem do tema é realizada a partir das seguintes dimensões: a) a tematização social da juventude no Brasil, buscando apoio na tendência que considera o jovem como ator e sujeito histórico produtivo; b) os jovens e as perspectivas de trabalho face à reestruturação produtiva que vem ocorrendo na sociedade ocidental contemporânea, espe-

<sup>1</sup> O texto traz uma reflexão sobre os “sem futuro”, faz-se a alusão a realidade de um país onde a cidadania é negada a setores amplos da população, criando-se em decorrência, os – sem teto, sem terra, sem escola, sem saúde, sem trabalho, e agora uma nova categoria os “sem futuro” (os jovens).

<sup>2</sup> A autora é Dra em Educação, Pesquisadora IA do CNPq, professora titular dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFC; e.mail – maria@ufc.br

cialmente a partir da década de noventa; c) o aporte da economia solidária destacando a função social das organizações populares no processo de geração de emprego e renda, e ainda, e sua contribuição para a sociabilidade e construção da identidade dos jovens.

Um dos problemas da atualidade, reside no fato da juventude viver um momento particularmente crítico, no que diz respeito à possibilidade de concretização de seus projetos, da realização dos seus sonhos, e de sua inserção na sociedade. Enquanto os jovens das camadas médias e altas da sociedade vivem os dilemas e ambigüidades decorrentes de uma inserção social incompleta, aqueles pertencentes às camadas populares vivem o drama da exclusão e da marginalidade social. Sobre os mesmos, à visão negativa da juventude é acrescida a discriminação resultante do fato de ser pobre e que se traduz, sobretudo, no descrédito quanto às suas potencialidades e capacidades. Portanto, não é por acaso que uma parcela dos jovens da periferia, , apresentam uma identidade estigmatizada, desfigurada, produzida pela exclusão social da qual são vítimas.

No caso da sociedade brasileira e especificamente no Nordeste um dos fatores explicativos da exclusão social reside certamente na alta concentração de renda, que não apenas se mantém persistentemente mas se agudiza, a cada ano, a cada década. Conforme demonstram dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1995/1996 da FIBGE, os 10% mais ricos da população detém 42,35% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres possuem apenas 0,98% da referida renda. Por isso o próprio os técnicos da FIBGE afirmam que o panorama da concentração de renda, vista por dentro dos lares brasileiros – é assustador e crescente.

Quando se particulariza, o Ceará, constata-se que o esforço realizado para a modernização do mesmo, via industrialização, vem produzindo resultados, pois o PIB do Estado vem experimentando uma taxa de crescimento superior àquela alcançada pelo país. Em 1999 o crescimento do PIB do Ceará foi de aproximadamente 3% e o da receita total do Estado de 16,4% (Diário do Nordeste, 16/02/2000); no entanto, o desempenho positivo da economia não tem se traduzido em melhoria de renda para a população. De acordo com os dados da citada pesquisa, a Região Metropolitana de Fortaleza é a que apresenta a pior concentração de renda, em todo o país, com índice de

Gini de 0,6220, praticamente o mesmo de nove anos atrás (0,6244). Tais números indicam, que embora o bolo da riqueza tenha crescido, quer no âmbito do Brasil ou do Ceará, a fatia dos ricos ficou maior e a dos pobres continua murchando. Isto significa que está havendo uma distribuição desigual não apenas na renda dos assalariados, mas também, de créditos, de terra, de trabalho. Que por sua vez, se reflete na qualidade da educação, da saúde, da habitação, da alimentação, enfim na qualidade de vida.

Convém ressaltar que, de um modo geral, os jovens sujeitos de nossa investigação, detém baixa renda e baixas taxas de escolaridade e por pertencerem à famílias pobres, não dispõem de recursos financeiros para se qualificarem profissionalmente. Conforme evidenciam os resultados da pesquisa<sup>3</sup>, a situação sócio-econômica das famílias é precária, tendo em vista que, a maioria dos pais exerce profissões no setor primário e de serviços e/ou trabalham como autônomos, percebem salários baixos, auferindo uma renda familiar que situa-os na linha de pobreza, pois a maioria (65%) recebe até 3 salários mínimos. Tal situação, é conseqüência, dentre outros fatores, da baixa escolaridade dos pais (que ao mesmo tempo reflete-se sobre a baixa escolaridade dos filhos); cerca da metade dos pais possuem apenas o 1º grau incompleto (49% das mães e 48% dos pais), acrescenta-se que o índice de analfabetos entre as mães é de 9% e entre os pais de 11%.

Quando se considera a situação do jovem no contexto mais abrangente, da sociedade brasileira, constata-se que, com exceção de um pequeno segmento de mão-de-obra mais qualificada e mais valorizada e, conseqüentemente, com maior garantia de emprego, uma ampla maioria de trabalhadores tem uma trajetória de trabalho regida pela insegurança, pela instabilidade, pela precariedade nos vínculos que estabelecem com o trabalho.

Diante de tal quadro, cabe questionar quais as reais possibilidades do trabalho para os jovens e em que medida as análises sobre a relação entre educação e trabalho não estariam sendo pautadas em uma relação de um trabalhador abstrato com as máquinas e tecnologias de última geração. O que dizer dos milhares de jovens desempregados, subempregados ou que trabalham como autônomos no mercado informal?. É possível falar hoje da centralidade do trabalho para a análise do social diante de tantos desempregados?

<sup>3</sup> Pesquisa: Juventude, Cultura e Sociedade, os dados foram obtidos mediante a aplicação de um questionário junto a 1200 (mil e duzentos) alunos da 8ª série do ensino de 1º grau e do ensino 2º grau de 11 (onze) escolas das redes pública, cooperativada e privada da Grande Fortaleza, os resultados da 1ª fase foram aprofundados através da discussão grupal com jovens que participam de agrupamentos juvenis.

Outra dúvida crucial, a busca da qualificação por parte dos jovens irá contribuir para minorar o problema do emprego numa conjuntura em o mercado de trabalho cresce em ritmo bem mais lento que o populacional? O que dizer sobre o significado do trabalho para jovens que não se sentem trabalhadores que estudam, mas estudantes que trabalham, inclusive para manter os estudos?

Tais questionamentos permitem retomar a discussão da centralidade do trabalho como categoria de análise do social, mas também, aponta para necessidade de uma abordagem mais abrangente acerca da situação atual e as perspectivas de trabalho para a juventude, especialmente daquele segmento mais amplo e menos qualificado que povoam o meio rural e especialmente a periferia urbana do nosso imenso país.

Por essa razão, nossa análise teórica, sem negar a importância do trabalho como categoria social necessária, toma o caminho menos ortodoxo e procura incorporar a reflexão referente à economia solidária, direcionada para a cooperativização, a gestão participativa dos projetos de geração de emprego e renda<sup>4</sup>, que implica portanto, na busca de novos caminhos por parte dos trabalhadores, expressa de maneira tão poética quanto simbólica por um camponês – “tamos caçando vereda pra andar”

Em suma, é dentro deste contexto complexo e contraditório que se situa nossa análise da educação como prática social e as perspectivas de trabalho dos jovens, tendo ainda como propósito compreender o processo de construção da identidade e da sociabilidade realizada por este segmento social específico, a sua articulação com o movimento social mais amplo que ocorre na sociedade. Entendendo-se esta construção como fruto da atividade real do homem, quer na sua dimensão objetiva ou subjetiva.

## **A JUVENTUDE E SEU SIGNIFICADO SOCIAL**

Em estudo anterior sobre a juventude (Damaseno, 1999) procuramos mostrar que apesar dos limites impostos pela socialização oriunda do mundo sistêmico, o jovem, (seja estudante e/ou trabalhador) constitui de fato um ator social que no seu cotidiano não apenas reelabora os saberes, adquiridos na prática escolar e social, mas também contribui na construção da sociedade, tendo em vista que os jovens são portadores do germe da mudança social, expressa através

da crítica, da contestação, da transgressão, mas também da criação e, sobretudo, da vivência de novos padrões democráticos.

A perspectiva adotada, contrapõe-se à tendência corrente na sociedade ocidental contemporânea onde, de acordo com Abramo (1997) a tematização da juventude é realizada basicamente pela ótica do “problema social”, quer dizer, a juventude só se torna “objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade”. Seja porque o jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social, ainda, por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua formação ou por disfunção do sistema social.

Tal perspectiva corresponde ao que Machado Pais (1996) chama de “corrente geracional”; e ainda de conformidade com análise de Abramo, essa concepção de juventude é profundamente influenciada pela corrente da sociologia funcionalista que toma como categoria de análise um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: “como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social” (Abramo, 1997).

Hoje, com o agravamento da crise social, os estudiosos estão mais preocupados em perceber as formas de agir coletivo entre os jovens, os diversos processos de sua socialização nos espaços da cidade, da rua, do trabalho, da escola. Procuram dirigir suas análises para o reconhecimento de que os jovens, em particular os filhos da classe trabalhadora, são atores sociais portadores de novas identidades coletivas (Spósito, 1994). Tal postura, em parte decorre da mudança de visão acerca da juventude, pois a partir dos anos 90 a visibilidade social dos jovens altera-se em relação aos anos 80. O que o caracteriza não é mais a apatia e desmobilização; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas.

4 No caso do Ceará o processo de cooperativização vem ocorrendo sobretudo nos assentamentos rurais, especialmente naqueles orientados pelo MST; constatando-se interessantes experiências de gestão participativa e de projetos de produção coletiva com vistas a geração de emprego e renda na periferia urbana.

Outra dimensão relacionada com a problemática juvenil diz respeito ao preconceito, que deixa marcas graves e tende a caminhar para um inaceitável processo de estigmatização, especialmente quando se trata de jovens pobres, aos quais são atribuídas as qualificações de violentos e marginais. Na realidade, o estigma é um meio de explicar a violência, as transgressões sociais, através da pobreza, como se a ausência de bens materiais fosse a única causa da onda crescente de violência. Com efeito: “o medo nosso de cada dia, concentrado na insegurança das ruas, eleger o pobre como a causa de nossos males” (Zaluar, 1994:44).

Desse modo, é preciso desvelar a natureza ideológica da associação entre violência, marginalidade, e pobreza, como se esses fenômenos exprimissem uma relação linear de causa e efeito, sem considerar, por exemplo, a violência e a marginalidade de jovens de outras classes sociais, as vezes igualmente fortes, mas menos perceptíveis porque protegidas pela sociedade. (ADORNO, 1989).

Em nossas pesquisas temos percebido que o cotidiano dos jovens das camadas populares é marcada tanto pela inserção social incompleta, quanto por variadas formas de exclusão, fato que exige um processo de investigação que contribua para a superação das visões do senso comum e, também as explicações tradicionais da pobreza e da violência, no sentido de resgatar a vida na sua essência humana. Trata-se na prática de um segmento de excluídos da sociedade, um enorme contingente da população a quem se retirou o direito de projetar o futuro, cabendo-lhes somente o não emprego, o não salário, a ausência de direitos e de espaços de convivência cultural.

Esses jovens, e suas famílias empenham uma parcela ponderável de suas forças e de suas energias na tentativa de superar a situação de exclusão a que são submetidos. Uma das vias apontados pelos jovens ouvidos em nossa investigação é a da possibilidade de melhoria social através do estudo; daí a maioria (99,5%) destacar a importância da escola. A relevância desta é atribuída às seguintes funções sociais da escola – ensina a ler e escrever, dá conhecimentos, ajuda a formar o cidadão, para ter um futuro melhor – “quem não estuda não consegue trabalho”. Ressaltam ainda, ser o estudo fundamental na vida pois “ajuda a ser uma pessoa civilizada, a saber comunicar-se, fazer amizades, conviver; desenvolve o caráter da pessoa, ensina a falar, pensar e agir”.

Na verdade, a busca da superação da situação de pobreza e conseqüentemente da exclusão social através do estudo constitui o maior sonho, em termos

de realização pessoal, expresso pelos jovens investigados. Por isso, (cerca 30%) enfatizam que em primeiro lugar querem concluir os estudos (formar-se, entrar numa faculdade), para em seguida conseguir um bom emprego, trabalhar, ser independente, ajudar a família e ser feliz. Quando enfocamos o sonho em termos de realização coletiva – destacam em primeiro plano lutar contra o desemprego e a favor da melhoria salarial, resolver a situação da saúde, educação (qualidade do ensino, analfabetismo), moradia da população, a seguir ressaltam a necessidade de ajudar as pessoas carentes/pobres que precisam (especialmente os idosos e as crianças de rua) e ainda, acabar com a violência/fome/miséria, enfim, lutar por uma sociedade igualitária.

A importância da escola reaparece quando eles foram solicitados a opinar sobre o que mais poderia colaborar para concretização os seus projetos – o estudo aparece como primeira alternativa (85% dos jovens), o trabalho (53,8%), ter talentos especiais (27,6%). Por outro lado, que mais os preocupa é o desemprego (74,5%), a violência (67,6%), problemas de saúde, Aids (50,3%), crise econômica brasileira (47%), solidão (26,6%).

Convém deixar claro que por esta via nem sempre produz os frutos anunciados e almejados, por isso nem todos conseguem a escolaridade básica, e parte daqueles que obtém um pouco de estudo acabam presos pela teia de uma sociedade perversa, que os exclui. Sendo assim, uma parte dos jovens da periferia e não só eles, como também velhos, mendigos, bêbados, prostitutas, e essa infinidade de pessoas excluídas do processo social encontram-se perdidos no seu próprio mundo, desorientados, diante de uma sociedade que deixou de lado o mundo vivido suas características valorativas e espontâneas e se firmou na instrumentalização e automatização da vida social. Quando na verdade, a vida humana é a vida ativa dos homens, enraizada cada vez mais no cotidiano: “a vida ativa, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandonas ou chega a transcender completamente” (Arendt, 1991:31).

A pesquisa que ora realizamos, confirma resultados de outras investigações mostrando que quanto maior a ausência do Estado, no que se refere à oferta de equipamentos destinados à participação, à cultura e ao lazer juvenis, mais a rua adquire relevância em suas dimensões socializadoras (Spósito, 1997). “Eu acho que o jovem gosta de brincar, de se divertir e aqui tem muito pouco isso, ele tem a necessidade de

ter isso aqui, e hoje não tem lazer.... não tem praça. O único canto pro futebol, que era pra molecada brincar, foi privado.. Resumindo a gente não tem lazer. A partir do momento que uma área não tem lazer a rapaziada tem que se ocupar com outra coisa. Porque não tendo lazer não tem como ocupar o tempo, conseqüentemente tem que ocupar com coisa ruim. O lazer hoje é mais a gente curtir um RAP. Ficar em casa ouvindo RAP ou mesmo dançar a noite. Então é mais ou menos isso". (jovens, grupo MH20, cultura de rua)

O que os jovens destacam é uma realidade observada com freqüência nas diversas regiões metropolitanas estudadas e que traduz a ausência de uma política social voltadas para os reais interesses dos jovens, expressa através de projetos políticos, culturais e educativos portadores de significado efetivo no âmbito das instituições estatais, via de regra, quando existe algo é marcada pelo esvaziamento do seu sentido para os atores principais a quem se destina. Por outro lado, o mundo do trabalho, quando é introduzido de maneira precoce no universo do jovem pobre, nem sempre contribui para estruturar sua identidade. Vale destacar apoiada em Spósito (1997) que a sociabilidade tecida pela mediação dos vínculos com o mundo do trabalho tende a exercer menor força na conformação da identidade do jovem. Nos moldes em que é realizado, o trabalho torna-se mais fonte de renda, do que o exercício de um ofício que ofereça realizações pessoais.

Toda essa reflexão permite inferir que a alardeada rebeldia e insegurança dos adolescentes expressas através das suas "ambigüidades", decorrem, em grande parte, do modo como é realizada a formação das novas gerações pelas instituições responsáveis pela educação, bem como a inserção incompleta na sociedade, a impossibilidade real de participação no ambiente escolar e na sociedade, o que acaba se convertendo, de fato, numa outra forma de marginalidade social. (Mannheim, 1968).

Portanto, uma forma de explicar o problema da insatisfatória participação social e política da juventude no atual momento histórico consiste em reconhecer que o sistema social tem se revelado incapaz de considerar "efetivamente os jovens como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de seus direitos" (Abramo, 1997: 28). De outra parte, é preciso ter clareza que a sociedade vive um momento particularmente conflituoso e repleto de tensões e que os jovens as absorvem de forma visceral, pois de conformidade com Melucci (1991) estes são um espelho da sociedade inteira, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais do sistema social

vigente. A questão também é discutida por Diógenes que afirma ser a juventude o segmento que "mais catalisa as tensões sociais e as exterioriza", porquanto "é a vitrine dos conflitos sociais" (Diógenes, 1998: 162).

Os dados da pesquisa revelam que a alardeada passividade dos jovens ocorre apenas na aparência, depende da forma como os estudos têm focado a questão, pois embora a participação direta em partido político e no movimento estudantil seja reduzida (cerca de 3% cada) os jovens investigados estão descobrindo novas formas de fazer política tendo em vista que mais de um terço (31,6%) participa de organizações sociais juvenis, destacando-se os grupos sociais/religiosos (23,5%), e os grupos culturais (41%), dentre estes sobressaem-se: música (35,5%) e teatro (18%). Além da busca dos ideais e utopias juvenis o significado dessa participação grupal expressa a necessidade de fazer amigos (67,3%); sentir-se bem (61%); divertir-se (52,7%); sentir-se útil (44,2%). A dimensão da amizade é tão importante que ao opinarem sobre o que mais gosta no lugar onde mora aparece em primeiro plano os amigos (64,7%) e a solidariedade entre as pessoas ( 31,8% ).

Tais resultados ao nosso ver, evidenciam que os jovens, ao seu modo, estão reagindo ao processo que Guatarri (1996) chama de "modelização". O autor considera que há uma produção da subjetividade ampla em escala mundial, de base capitalística, que se caracteriza pela produção serializada a que são submetidos os indivíduos, desde a mais tenra idade. Vale destacar, que o sistema capitalista produz não apenas o controle das relações sociais, mas também a produção da subjetividade, o que significa uma "modelização" nos modos de percepção, sensibilidade, linguagem, memória, relações sociais.

Uma outra importante contribuição nesta linha de análise é fornecida por Dubet (1994), que opera a noção de experiência social, cujos estudos privilegiaram o resgate da individualidade e da identidade do sujeito, revelando que o ator constrói a sociedade no cotidiano, não sendo apenas um indivíduo que realiza o sistema. Tal perspectiva nos fornece elementos para entender a natureza do saber da prática social (Damasceno, 1992, 1994).

O autor em pauta enfatiza que os estudos contemporâneos mostram que as ações do indivíduo não são reduzidas às exigências do mundo sistêmico; na verdade, estes atuam como atores que constroem a sociedade nas trocas cotidianas, nas práticas de linguagem, no apelo à identidade; conserva-se "uma distância subjetiva entre o ator e o sistema" (Dubet, 1994:14), tal entendimento significa uma superação

da concepção fundada na racionalidade instrumental. O resgate da individualidade e da identidade na compreensão da ação, ao mesmo tempo que preserva a autenticidade da experiência subjetiva e dos saberes que a sustentam, mantém o elo com o coletivo e o social. A ação é vista como conhecimento, como interação, como linguagem, como estratégia sendo que a noção de experiência social destaca que os atores devem gerenciar ao mesmo tempo muitas lógicas e racionalidades de ação num sistema social marcado por diversas lógicas. Não havendo uma lógica única e fundamental como referência de conduta, a experiência social “gera necessariamente uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância de si mesmos” (Dubet, 1994:92).

## **O JOVENS E AS PERSPECTIVAS DE TRABALHO FACE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

As análises mais recentes focando as relações entre educação e trabalho envolvendo a juventude como sujeito social, procuram mostrar que a educação (formal ou não formal) não pode mais ser vista somente como o espaço onde se reproduz a força de trabalho, mas também, como um espaço de socialização e de afirmação da identidade do jovem, como ambiente voltado para o desenvolvimento de práticas sociais solidárias. Entretanto, uma parte dos estudos dedicados a desvendar às relações da juventude com o trabalho, ainda, identificam os jovens como trabalhadores e a escola como instituição a serviço do capital. Desse modo, a temática da juventude é tratada, de forma à subordiná-la à problemáticas maiores referentes à exploração e à reprodução da força de trabalho.

Essa reflexão preliminar parece importante, quando se considera que o Brasil tem sofrido nos últimos anos mudanças significativas no que concerne à reestruturação produtiva, que tem afetado todos os níveis da vida social. A reestruturação produtiva trouxe como consequência a desestruturação do mercado de trabalho, que afeta de forma direta o trabalhador em três dimensões básicas: expansão das taxas de desemprego aberto, dessalariamento, geração insuficiente e/ou precária de postos de trabalho (Pochmann, 1998). Neste processo, um tipo de ator social tem sido particularmente vulnerável – a juventude, pois esta se encontra numa sociedade que passa por transformações vertiginosas, que condicionam seu futuro e suas expectativas, tornando-se difícil projetar o amanhã.

Tais transformações também tem modificado as características do mercado de trabalho e posto em

xeque a função social da educação. Com efeito, a formação dos jovens constitui um tema central num mundo marcado pela abertura dos mercados e o papel do conhecimento na sociedade. Na verdade, os dados disponíveis parecem indicar que a educação, no atual contexto, está perdendo seu papel de agente democratizador e homogeneizador das desigualdades sociais.

A partir dos anos noventa, os estudos começam a questionar as teorias que colocam o trabalho como categoria central na análise da sociedade. Significa dizer que, a condições atingidas pelo desenvolvimento, evidenciam que o “essencial da existência dos atores sociais se desenrola para além do mundo do trabalho”. (Marques, 1997:69) Questionamentos que perpassam também as discussões presentes sobre a função da educação diante do rápido processo de desenvolvimento da sociedade, do avanço científico e tecnológico e seus impactos sobre a força de trabalho, a educação escolar e a formação da mão de obra.

Os autores que falam da “crise da sociedade do trabalho” negam que este esteja perdendo a centralidade na explicação da sociedade e continuam afirmando que em parte, as chances de participação social, política e cultural dos indivíduos ainda são determinadas, por sua posição no sistema produtivo, mas por outro lado reconhecem que os avanços tecnológicos configuram um novo contexto do processo de terceirização nas sociedades modernas.

No momento, as análises em torno da crise da sociedade do trabalho e a sua tradução no discurso pedagógico através da relação trabalho e educação estão sendo pautadas por discussões calorosas sobre a “qualidade total da educação” que, em linhas gerais, pretende transferir para esta os mesmos critérios de qualidade utilizados nas empresas. Mais uma vez, o discurso das relações entre capital e trabalho na educação se reveste de uma nova roupagem.

Segundo Offe (1989), na elaboração do moderno pensamento social – de Marx a Durkheim – a categoria trabalho aparece como fundamental porque, então, o mundo do trabalho era o universo inclusivo onde se inseriam os atores sociais. A tradição clássica concebia a sociedade moderna e sua dinâmica como uma sociedade de trabalho. Porém hoje, com o desenvolvimento, dimensões relevantes da existência dos atores se desenrola para além do mundo do trabalho.

Perseguindo o raciocínio do autor, poderíamos dizer, numa primeira aproximação com a questão, que a racionalidade que foi capaz de compreender a dinâmica do mundo moderno já não é suficiente para apreender a dinâmica da sociedade contemporânea. A dialética do trabalho, embora importante, se não for

combinada com a dialética de outras relações sociais, torna-se inoperante para explicar o nosso tempo.

Em nossa pesquisa atual (referenciada anteriormente), examinando a situação dos jovens em relação trabalho, inclusive os que estudam na escola noturna, apenas 30% dos mesmos afirmam que realizam trabalho remunerado, destes uma parte está trabalhando no mercado informal, sem nenhuma garantia. A grande maioria (70%) não realizam trabalho remunerado, por isso, dentre seus sonhos e projetos destacam em primeiro plano – a conclusão dos estudos e a obtenção de um bom emprego, posto que, querem trabalhar, ser independente. Estes resultados estão em concordância com dados divulgados recentemente pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho do Ceará (IDT), segundo os quais do universo de pessoas que procuram emprego na Região Metropolitana de Fortaleza 16% são jovens entre 16 e 21 anos. Ainda de acordo com as análises do IDT – “esses jovens têm que lidar com as próprias expectativas, com as expectativas do mercado a respeito deles e com a barreira da falta de experiência” (O Povo 13/02/2000). Cabe portanto, reafirmar que, “a racionalidade que foi capaz de compreender a dinâmica do mundo do trabalho moderno já não basta para apreender a dinâmica da sociedade contemporânea” (Marques, 1997:69).

Nesta moldura, torna-se necessário entender a lógica contraditória do capital implícita na perspectiva da qualificação, pois esta ao mesmo tempo que seduz o trabalhador com a possibilidade de garantia do emprego e conseqüentemente de melhoria em suas condições de vida, assegura também o seu lado perverso, uma vez que, nas condições atuais postas pela sociedade capitalista, além da exploração do trabalho (que gera a mais valia) potencializa a exclusão quando aliada aos avanços da ciência e da técnica.

No curso desta perspectiva analítica, a educação formal, preenche em larga escala as expectativas das famílias, uma vez que estas fazem qualquer sacrifício para garantir a escolaridade dos filhos e, estes por sua vez procuram motivar-se por acreditar que a qualificação adquirida nos bancos escolares é indispensável para conseguir emprego. Como expressa a fala de um jovem sujeito de nossa atual pesquisa: “você tem que cumprir os estudos, porque a família quer, porque a família cuida de você a vida inteira pra você não dar nada em troca”.

No entanto, é preciso não perder de vista que as transformações atuais modificaram a produção e os serviços, provocando necessariamente alterações nas relações sociais. O trabalho que correspondia ao meio através do qual o homem aspirava satisfazer suas

necessidades materiais começa a não mais corresponder a tais aspirações. Com ele fragilizou-se um conjunto de valores sociais que compunham tanto a vida material quanto a espiritual do homem. (Schaff, 1990:21,23)

Diante deste quadro, não parece sem propósito que a escola seja questionada por seus usuários, ficando evidente que esta já não ocupa o mesmo lugar, o de formadora por excelência da força de trabalho. Ou pelo menos não essa escola. Como revelam nossos jovens: “eu já fiz vários cursos e nada de emprego... Porque no Brasil tudo tá ruim, tá bravo mesmo... Porque, se é jovem, é por que é muito novo, se é velho, é por que é muito velho, aí não dá mais para arranjar. Assim, sem emprego o pessoal fica sem fazer nada, fica... desesperado e a única maneira quando o pessoal tá desesperado é roubar, fazer alguma coisa, é só lutar e chutar pra frente pra ver se consegue alguma coisa” (fala de jovem, grupo cultura de rua)

No Brasil, a situação se evidencia da seguinte forma: antes mesmo que viesse a significar garantia de emprego e integração ao mundo do trabalho, uma larga parcela de postos de trabalho vem sendo extintos pela abertura do mercado nacional. Para as novas gerações a situação é dramática, para não dizer trágica, pois o acesso à qualificação além de ser difícil e muitas vezes deficiente a integração através trabalho tem se tornado uma realidade cada vez mais longínqua (Pochmann, 1998).

Esse questionamento aparece em tom ao mesmo tempo de desesperança e resistência neste outro depoimento: “a gente ainda acredita nisso, nós da periferia, ainda acredita no esquema, que estudar vai ajudar em muitas coisas... Mas, num minuto a gente para pra pensar e diz: bicho a educação não tá valendo mais nada! Porque hoje além de tu ter que ser formado e ter uma qualificação... hoje além da profissão tão querendo curso, tem que falar uma língua, o inglês e tal... tem que tá manejando bem o computador. E onde é que eu e a rapaziada da periferia do Brasil tem condição disso, de pegar no computador. Então, era massa se realmente o esquema sáísse do papel. Mais como a gente já sabe que não sai, então a própria juventude tem que correr atrás disso.” (jovem, grupo Hip-Hop)

A associação entre exclusão e qualificação torna-se inevitável, sobretudo num país que se encontra na periferia dos grandes centros do capitalismo. O desenvolvimento técnico científico, à medida que exige uma mão-de-obra cada vez mais qualificada tem sido também fator de exclusão, uma vez que, o acelerado

grau em que se desenvolvem a ciência e a técnica não corresponde à sua capacidade de resolver os problemas sociais.

Uma alternativa possível, para diminuir o desemprego provocada pelo uso da alta tecnologia, que vem sendo reivindicada pelo movimento sindical já faz algum tempo, consiste na redução da jornada de 44 para 40 horas semanais<sup>5</sup>. Segundo cálculos do DIEESE, tal medida significaria um aumento imediato 1.900 novos postos de trabalho. Mais uma vez o movimento contraditório do capital consegue anular os efeitos positivos desta medida. Como destaca estudo de Helena Martins (1997), embora na região metropolitana de S. Paulo, a partir de 1985, tenha havido uma redução média de três horas semanais, tal fato não implicou em novas possibilidades de trabalho, posto que, as artimanhas dos capitalistas preferiram transformar esta redução em horas extras.

Ora, esta situação reflete-se diretamente sobre o desemprego juvenil, em 1995, “enquanto o nível de desemprego total variava em torno de 13,2%, as taxas de desemprego entre adolescentes e jovens saltavam para 21,4% e 16,7%, respectivamente” (Madeira, 1986). Na verdade, a juventude, em tom de desabafo reage a este violento processo de exclusão: “...nós somos mesmo excluídos...realmente pra sociedade nós somos um grande problema. Somos um problema e vamos ser mais ainda; porque enquanto a sociedade não respeitar, não der condições para a juventude chegar e dizer assim: hoje a juventude tem direito uma escola boa, a juventude tem um trabalho, aí então a juventude pode curtir a vida.” (fala do jovem de nossa pesquisa atual).

Toda essa reflexão, indica que é preciso rever o poder do trabalho na determinação das relações sociais mais amplas, em particular na socialização do jovem, na construção de sua identidade, mesmo porque estamos diante de uma situação nada promissora na qual o desemprego já é uma experiência normal da população brasileira. Apesar de os jovens apresentarem maior índice de escolaridade que seus pais, o que em tese lhe permitiria acesso mais fácil ao mercado de trabalho, na verdade, o desemprego é uma realidade em suas vidas.

Um ponto de partida reside em abordar o impacto das transformações da estrutura produtiva e as demandas que deve satisfazer o sistema educativo. Por um lado, este processo se manifesta, de forma direta no setor produtivo, tanto na transformação e desaparecimento de ramos, como no uso de estratégias ofen-

sivas e defensivas que as empresas desenvolvem para serem cada vez mais competitivas. Por outro lado, estreitamente ligados aos efeitos deste processo se encontram as mudanças na demanda de recursos humanos, tanto no que diz respeito ao surgimento de novas qualificações, e de novos espaços profissionais e a reconversão de outros.

Outra dimensão a ser investigada refere-se ao significado do trabalho para os jovens. Os estudos têm apontado que para os jovens o trabalho funciona quase como um rito de passagem do mundo infantil para o mundo adulto, mas também, como um projeto familiar visando a melhoria das condições de vida, o que significa encontrar possibilidades de fugir da pobreza, daí o grande esforço que as famílias fazem para manter seus filhos estudando, e ainda, a busca pela inserção precoce dos filhos mais velhos no mundo do trabalho.

Temos constatado em nossas pesquisas, que para os jovens o trabalho não significa apenas a garantia da sobrevivência do núcleo familiar ou mesmo a ampliação da capacidade de consumo. Ao descolar-se do local onde mora para ir trabalhar, o jovem amplia sua sociabilidade através de laços de amizade, de solidariedade, portanto, uma outra lógica diferente daquela difundida pela visão mercantil do mundo capitalista. Conforme elaboração de Gilberto Velho (1986) essas relações sociais, sugere o retorno e a valorização da amizade, dos encontros, das reuniões, despidos de um caráter mais instrumental, como forma de garantir a constituição de sujeitos plenos, integrados. Segundo ele, esses espaços de sociabilidade permitem a construção de identidades sociais num contínuo processo de interação entre seus atores. Isto significa que no ambiente de trabalho, nos seus interstícios, cria-se uma rede de interações envolvendo relações de cansaço, de solidariedade, de desejo de mudar a vida.

No que concerne à inserção dos jovens no mercado de trabalho, partimos do princípio de que é muito limitado tentar compreender as causas dessa inserção precoce no mundo do trabalho somente através da sua situação de marginalidade e pobreza. Não consideramos que a necessidade de trabalho seja unicamente uma realidade imposta pelas condições de pobreza das famílias, mas que essa necessidade se constrói no próprio processo de socialização do jovem, na afirmação da sua identidade. Trabalhar, receber algum salário para quem tem uma autonomia relativa, mas está procurando aumentar seu grau de autonomia, só pode significar

<sup>5</sup> Esta tendência é observada hoje na Europa onde os trabalhadores da Alemanha e da França, após muita luta, conseguiram a redução da jornada de trabalho para 35hs semanais.

liberdade (Madeira, 1986). Para os jovens, ser livre significa ter liberdade para tomar decisões sobre a própria vida; é ter autonomia em fazer uso do seu dinheiro, de comprar, de consumir os bens culturais que os identificam como jovens.

Essa relação contraditória entre ser dependente e ser trabalhador termina por influenciar as formas de socialização dos jovens na família. Para Zaluar (1992), o conflito dos jovens com seus pais, aparece como resultado dos novos padrões de consumo que lançam os jovens no mercado do vestuário e das atividades de lazer variadas, muitas vezes incompatíveis com a economia doméstica e a sua hierarquia de consumo.

Quando questionamos os jovens sobre os motivos de sua inserção no mundo do trabalho, a maioria responde que é pobre e precisa ajudar a família. Contudo, quando aprofundamos a discussão nas entrevistas individuais e discussão grupal, evidenciam-se outros motivos como: ter mais liberdade, garantir os estudos, ter dinheiro para comprar roupas e divertir-se no fim de semana. Entre esses jovens, o trabalho, ao mesmo tempo em que os coloca numa situação de explorados, possibilita a afirmação de sua identidade. Na verdade, configura-se mais a forma de “rebeldia”, a de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas dos jovens nas grandes cidades.

Nossas análises levam a concluir que o trabalho do jovem faz parte do cotidiano das famílias pobres de toda a sociedade brasileira, faz parte das obrigações familiares, mesmo assim não deixa de significar a afirmação de sua identidade, ou abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade (Madeira, 1986).

Mais uma vez reaparece a necessidade do estudo, pois é preciso não esquecer que apesar das deficiências constadas na educação, mesmo assim, pode identificar-se, com frequência, que a credencial educativa permanece como critério decisivo no processo de seleção requerido pelos diferentes ramos do trabalho. Desta ótica também é importante realçar o papel representado pelo aumento dos anos de escolaridade; mesmo considerando que uma parte dos jovens, por razões bastante conhecidas, abandonam os estudos, notadamente naquele segmento mais vulnerável e que mais necessita de ingressar no mercado de trabalho.

## **A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A POSSIBILIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

Os estudos recentes enfocando o trabalho, mas, também os saberes vem mostrando uma tendência

concernente ao questionamento da “racionalidade instrumental”, que produz uma visão de mundo por demais estreita, fato vem possibilitando a busca de “uma racionalidade mais ampla e flexível, capaz de dar conta da multiplicidade da realidade social e da diferenciação dos saberes humanos” (Tardif, 1994). Este autor faz referência a uma rica e diversificada gama de saberes que ultrapassam os limites do conhecimento empírico, entre os quais destacam-se os saberes cotidianos e os saberes produzidos nas diferentes práticas sociais, que obedecem a outras regras e métodos diferentes daqueles que vigoram no processo científico clássico. Tal postura, reafirma a dimensão interativa da socialização, que é alimentada por uma racionalidade comunicativa, e que se expressa numa visão fenomenológica ou crítica da experiência.

O conceito de “mundo vivido”, desenvolvido por Habermas, é fundamental para auxiliar na análise do nosso objeto de análise, embora não seja suficiente. O autor nos ensina que para compreender as ações, as relações, bem como as formas de expressão cultural dos atores sociais, numa sociedade altamente complexa e diferenciada, torna-se fundamental o recurso de duas categorias que precisam ser conciliadas: mundo vivido e mundo sistêmico.

O mundo vivido constitui a sociabilidade orgânica, ou seja, as pessoas compartilham de uma mesma visão de mundo e, assim, criam laços, criam uma sociabilidade simbólica. O mundo sistêmico é presidido por uma racionalidade instrumental que é a interferência do sistema no mundo através da técnica, da eficiência e da manipulação, inclusive do controle da conduta social.

Portanto, a realidade social não se reduz ao mundo sistêmico, derivado da estrutura, mas é também, mundo vivido, produto da experiência, da diversidade cultural que precisa ser interpretada. A alternativa habermasiana, para entender a realidade social, considera duas dimensões da ação humana: o agir instrumental, voltado para fins – presidido pela racionalidade instrumental – e a ação social enquanto ação comunicativa que busca através do exercício da crítica resgatar as pretensões de validade existentes na linguagem, na comunicação, na interação humana (Habermas, 1988).

O autor oferece uma via fecunda para a análise da experiência vivida, das diversas manifestações culturais da juventude, nos espaços vivenciados no cotidiano. Seja no meio social, onde se insere o local comum de moradia; seja na família, ou no mundo do trabalho, a partir de cuja inserção vão construindo uma identidade e formas de sociabilidade próprias ao seu

mundo vital. Este mundo é um todo de sentido que vai se gestando num determinado tempo/espaço, onde compartilham a mesma visão de mundo criam laços entre si no espaço da vida comum. Neste contexto, os sujeitos têm “ a possibilidade de passar a um outro tipo de comunicação, aquele em que é feita a avaliação crítica das pretensões de validade implicitamente levantadas na fala cotidiana” (Oliveira, 1987:93).

Importa reter, que essa concepção é particularmente fecunda quando se verifica, no meio popular, a existência de experiências de companheirismo e de organização popular. Num contexto onde há uma variada gama de associações, de organizações que não se restringem apenas às rezas, às celebrações da palavra, mas, também, o debate envolvendo a denúncia e o anúncio, que implica na discussão argumentativa dos problemas existentes enfrentados no dia-a-dia. Além disso, observa-se a construção de uma sociabilidade baseada na solidariedade, inclusive no campo da economia popular que se expressa na produção da sobrevivência, na geração de renda (Damasceno, 1990, 1995).

Razeto, nos textos indicados<sup>6</sup>, expõe os elementos básicos que constituem a matriz de uma abordagem teórica prática orientada para desenvolvimento do trabalho e da economia solidária no contexto atual da sociedade latino americana. O autor destaca que especialmente a partir dos anos noventa, tem havido uma renovação e uma intensificação na busca teórica e prática tanto em termos de pensamento criativo quanto na experimentação social concreta – de novas formas econômicas alternativas orientadas para encontrar e aperfeiçoar outros modos de fazer a economia. Estas buscas, cuja tendência é a de situar o trabalho acima do capital, de fazer predominar a solidariedade sobre o individualismo e o ser humano por sobre os produtos e os fatores materiais.

Inicialmente é preciso deixar claro, que a economia “globalizada” atual não é solidária nem se manifesta nela o papel central do trabalho. Ao contrário, analisando-a, depara-se com o predomínio e a centralidade do capital. O trabalho encontra-se em situação subordinada e periférica; encontra-se diante de uma organização social na qual predominam os interesses privados individuais, relegando para um plano secundário tanto os sujeitos quanto as relações de cooperação e de solidariedade.

Constata-se hoje por um lado, a crescente dominação do capital nas economias da sociedade con-

temporânea “globalizada”, onde as grandes empresas cada vez mais ganham espaço, fato que gera em consequência uma imensa maioria da população vivendo na condição de pobreza absoluta, um enorme contingente de pessoas dependentes, temerosas, insatisfeitas e infelizes; por outro lado, observa-se que do lugar mais fundo da miséria e da marginalidade, há o começo de um processo surpreendente: mesmo empobrecido e excluído da sociedade, este ser humano, luta pela valorização da força de trabalho e pelas próprias capacidades para ser e para fazer, de trabalhar e de empreender. (Razeto, 1993)

Convém deixar claro que estas experiências de organização econômica popular que vem surgindo nos grupos “mais pobres e excluídos constituem apenas um início extremamente precário e fraco, mas real, de formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posições centrais”. (Razeto, 1998). Nesta ótica, o trabalho ocupa papel central, posto que, este é o único fator disponível, já que os outros fatores – meios materiais, tecnologias, capacidades de gestão, financiamentos – são via de regra, escassos. O fundamental é reconhecer a importância desta estratégia no processo de reversão do empobrecimento e da própria situação do trabalho, e realçar que esta realiza-se mediante a ação das organizações populares onde a gestão coletiva e a participação da comunidade ocupam lugar primordial.

Transformar essa realidade significa avançar na recuperação e na integração da riqueza do significado do trabalho para a vida das pessoas e grupos humanos reais. Trata-se, em última instância, que o trabalhador volte a adquirir capacidades para a tomada de decisões, que desenvolva conhecimentos acerca do como fazer as coisas, que recupere o controle e a propriedade sobre os meios de trabalho. Este processo de enriquecimento do trabalho implica, simultaneamente, em valorar potencial do ser humano para a superação da dependência, da sua pobreza e da sua insegurança. O ser humano vai se fazendo novamente a partir da descoberta da capacidade de empreender, de criar, de trabalhar de maneira autônoma, de ter o controle sobre suas condições de existência.

Conforme ressalta o autor em pauta, a economia solidária não consiste em um modo definido e único de organizar unidades econômicas. Trata-se de um processo que através de formas variadas procura incorporar a solidariedade à economia. Lembra ainda que “incorporar solidariedade à economia”, pressu-

<sup>6</sup> As reflexões sobre o tema da economia solidária estão apoiadas sobretudo nos textos de Luis Razeto, filósofo chileno, especialista em economia popular, especialmente o livro do autor “los caminos de la economia de solidaridad” e o artigo “economia popular e a empresa solidária”, publicado na Revista Proposta nº 75, dez/fev 1997/98).

põe uma intenção muito precisa, a de que a solidariedade seja introduzida na própria economia e que opere nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição, consumo e acumulação.

Convém explicitar as razões que explicam esta busca teórico-prática, e especialmente a participação efetiva de pessoas e grupos na economia solidária. Em primeiro lugar destaca-se o crescimento da pobreza, o que significa a existência de uma massa social de pessoas excluídas do emprego e do consumo, dos direitos fundamentais da pessoa humana. Situação que tem se acentuado imensamente nos últimos quinze anos, em toda América Latina, como consequência tem aumentado a distância que separa os ricos dos pobres. Por outro lado, estas pessoas e grupos ao lutarem pela sobrevivência, pela melhoria das condições de vida material também tem se enriquecido de capacidades e de competências técnicas e de organização. Ao nosso ver, isto ocorre porque os grupos humanos não produzem apenas a vida material, por que ao fazê-lo, elaboram, ao mesmo tempo, um conjunto de idéias, de representações que se vinculam às condições de existência; e ainda mais, a produção não material de um grupo pode levá-lo a ultrapassar as condições de existência, e contribuir para a transformação da realidade objetiva<sup>7</sup>.

Um dos resultados deste processo expressa-se na quantidade e variedade de atividades e de organizações econômicas, através das quais numerosos setores populares têm desenvolvido iniciativas pessoais, familiares, associativas e comunitárias com que têm gerado uma economia popular bastante variada, e muitas vezes criativas, que tem possibilitado, uma parcela da população satisfazer suas necessidades e abrir caminhos na vida. Tais iniciativas em grande parte realiza-se pelo uso de suas próprias forças e recursos, e outras vezes mediante a associação e a organização grupal e comunitária.

De fato, observamos que pelo menos uma parte desta economia dos pobres dá lugar a comportamentos que não correspondem àqueles do “homo economicus” das teorias neoclássicas, mas sim a outros que expressam uma cultura que se dispõe a encontrar na comunidade e no convívio social os meios necessários para viver. Tendo em vista que desta ótica, o trabalho assume o seu papel central e as pessoas que organizam as unidades econômicas são trabalhadores cujo principal recurso e fator de investimento e de gestão é o trabalho. “Valorar o trabalho próprio é o objetivo principal que define a racionalidade destas pequenas empresas de trabalhadores, onde o trabalho

não está marcado pela forma assalariada, mas pela autonomia e pelo trabalho associativo ou em cooperação” (Razeto, 1998)

Em segundo lugar, a necessidade de se introduzir mais solidariedade na elaboração prática e teórica da economia, origina-se nos movimentos cooperativos e de autogestão. Por muitas décadas, estes movimentos têm procurado realizar a construção de formas econômicas alternativas, sociais e humanistas. Mas, conforme Razeto (1993), embora esses movimentos tenham se estendido por todas as vertentes da economia e por todos os países do mundo, o cooperativismo e a autogestão têm apresentado muitos limites e situações de crise. Neste sentido, eles não têm conseguido se impor como sujeitos históricos autônomos dotados de uma capacidade efetiva de direção das mudanças econômicas e do desenvolvimento. Embora exista um consenso moral muito elevado a seu respeito, devemos reconhecer que se mantêm em um plano de subordinação a respeito das grandes tendências da economia e da política.

Por fim, é preciso considerar que a América Latina não tem conseguido enveredar por uma via de desenvolvimento eficaz. Dado o fracasso das estratégias conhecidas e aplicadas, é evidente a necessidade de buscar uma estratégia alternativa de desenvolvimento. Em primeiro lugar, porque a situação de pobreza em que são mantidas crescentes multidões traduz a incapacidade estrutural da organização da economia para absorver a capacidade de trabalho e as necessidades de consumo dessa população. Acrescente-se que o segmento da economia que tem conseguido crescer e modernizar-se manifesta sua fragilidade em termos mais amplos, pois mesmo aqueles que têm acesso a seus benefícios materiais não têm oportunidades reais para satisfazer outras necessidades e aspirações superiores da pessoa e da comunidade. Por isto, acentua-se também empobrecimento em termos culturais, relacionais e espirituais, cuja satisfação exigiria outra organização da economia. A demanda por um desenvolvimento alternativo, que ofereça respostas a ambas formas da pobreza, é uma força que orienta em direção à economia solidária e à ação comunicativa.

Este processo torna-se possível através do desenvolvimento da cooperação e da formação de comunidades, nas quais o trabalho dividido vai se recompondo socialmente, vai sendo compartilhado. O seres humanos crescem e se enriquecem quando os vínculos que os unem são alicerçados na reciprocidade, na ação interativa, na solidariedade. O enriqueci-

<sup>7</sup> Este fato é reconhecido por Marx na sua terceira tese sobre Feuerbach.

mento do trabalho, é condição para que este recupere o seu papel central, requer relações de cooperação, a valorização da experiência, enfim, o mundo vivido, neste reside um dos pilares da economia solidária.

Retoma-se a reflexão de Habermas, a qual acen-tua que na sociedade contemporânea, existem duas esferas conflitantes: o mundo vivido, orientada pela ação comunicativa, e o mundo administrado, que inclui o Estado, a economia, as instituições, regido pela ação instrumental. A descoberta do sentido do mundo vivido é relevante, porém não é suficiente, pois as ações das pessoas não são orientadas apenas pela sociabilidade simbólica, isto é, pela ação comunicativa, mas também por ações funcionais do sistema que não estão presentes no mundo vivido. Essas ações sistêmicas são fatores externos e internos que regulam de algum modo o mundo vivido.

Sem dúvida, esta perspectiva teórica não respon-de todas as questões, mas fornece um quadro analítico, cuja idéia central é a tentativa de continuar trabalha-do no processo de emancipação do homem, resgatando a razão crítica baseada no agir comunicativo, na intersubjetividade, na linguagem, enquanto ação social que leva ao entendimento entre as pessoas, a partir da discussão e da argumentação. Trata-se da proposta de uma nova racionalidade – que por sua própria estrutura não constitui uma racionalidade repressora, mas baseada no conhecimento, na ação social como proces-so de entendimento mútuo entre sujeitos.

Ainda de acordo com Habermas (ob.cit), a for-ma como se deu a construção da racionalização em nossa sociedade, levou o mundo vivido a se diferenciar em diversos aspectos – na cultura, na personalidade, nas formas de ação social, no desenvolvimento da sub-jectividade; enquanto no mundo sistêmico a ênfase recai sobre o mercado, o sistema econômico, a importância atribuída ao dinheiro, as formas de dominação, de con-trole não apenas sobre as coisas mas também sobre as pessoas. Daí a afirmação do autor de que a sociedade moderna é “um complexo dialético que é, ao mesmo tempo, mundo vital e mundo sistêmico”.

Em resumo, o autor, inspirado na dialeticidade do real, busca a elaboração de um outro paradigma: o da relação comunicativa, cuja fonte é a interatividade entre sujeitos, na comunicação cotidiana. “Dentro des-se novo paradigma, a racionalidade adere aos procedi-mentos pelos quais os protagonistas de um processo comunicativo conduzem sua argumentação, com vis-tas ao entendimento” ( Rouanet, 1989:13). No tocante ao agir comunicativo, ele destaca três contextos distin-tos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e mundo subjetivo das emoções e vivências.

Infere-se dessa reflexão que, na sociedade contem-porânea, marcada pela dominação, tanto no que concerne às condições objetivas, quanto da vida sócio-cultural, tor-na-se urgente privilegiar as interações mediatizadas pelo agir comunicativo, realizadas por grupos sociais especí-ficos, cujas relações são ainda predominantemente primá-rias entre os quais sobressaem a família, a comunidade, os grupos juvenis, os grupos de produção autogestionária, onde há evidências claras da relevância da ação comuni-cativa. Desta perspectiva, torna-se possível superar a absolutização da dissociação indivíduo/sociedade, posto que tais grupos e organizações são mediadores da relação entre mundo vivido e mundo administrado. A partir da construção de relações mais vitais, estes grupos podem realizar “este movimento de desconstrução, de crítica, dessa racionalidade (dominadora) e, passar para constru-ção de novos campos expressivos, novos modos de co-nhecer” (Linhares, ob cit.: 109).

Um exemplo fecundo nessa direção é forneci-do pela prática cotidiana das relações de força que ocorrem na sociedade. Isto evidencia que a hegemonia não se realiza apenas através da dominação, pois esta é continuamente recriada, modificada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida pretende mostrar que a discussão das questões juvenis na atual conjuntura requer a ampliação da análise para além das relações com o trabalho e a educação formal. Cada vez mais desvela-se as dimensões cultural e política da juven-tude, aparecendo novas formas de ação, fortalece-se maneiras variadas de expressão através da música, dança, vestuário, os quais parecem indicar que esses jovens paradoxalmente buscam a integração, mesmo que essa se faça pela inserção no e do consumo, da produção de imagens. O apelo ao consumo, estimula-do pela mídia, colabora para que esses jovens entrem precocemente no mundo do trabalho e, algumas ve-zes, no mundo da droga e da criminalidade.

A realidade concreta mostra a existência de múltiplos modos de pertencimento dos sujeitos, na cons-trução de relações que estruturam a identidade, tanto individual como coletiva. Assim, no espaço educativo (seja formal ou não formal), é fundamental a recupera-ção das categorias de jovem/estudante, jovem/trabalha-dor no sentido de melhor entender o que se passa no interior das práticas educativas, enquanto espaço de so-ciabilidade e de práticas culturais. Nesta perspectiva, o tema da juventude afigura-se como importante para redimensionar o jovem como estudante e como traba-lhador que participa das práticas educativas, desvelan-

do as múltiplas dimensões deste ator social, tendo clareza que em última instância, “a referência – ser jovem – traduz, simultaneamente, um desafio e um caminho importante a ser trilhado” (Spósito, 1997).

Por outro lado, a construção da identidade individual ou coletiva é processual e implica sempre na dimensão da alteridade, por ser uma categoria social e relacional. Conforme elaboração de Spósito (1997) é preciso, também, levar em conta esse movimento que constitui a identidade em sua dupla dimensão: trata-se de se perceber semelhante aos outros (ser reconhecido e reconhecer) e, ao mesmo tempo, afirmar diferenças enquanto indivíduo ou grupo.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5: 25-36. São Paulo, ANPED, 1997.
- ARENDRT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense, 1991.
- BOUFLEUR, J. Pedro. *Pedagogia da Ação Comunicativa: uma leitura de Habermas*. Ijuí, Ed UNIJUI, 1997.
- DAMASCENO, M.N. *Pedagogia do Engajamento*. Fortaleza: Ed.UFC, 1990.
- DAMASCENO, M.N. & THERRIEN, J. *Artesões de um Outro Ofício: mestres e aprendizes constroem saberes nas práticas cotidianas*. S. Paulo, Annablume (no prelo).
- DAMASCENO, M.N. *Pedagogia do Enfrentamento no Cotidiano das Lutas no Campo*. Cadernos da ANPED. ( 6 ):125-162, Belo Horizonte, 1994.
- DAMASCENO, M.N. *Saber social e construção da identidade*. Contexto & Educação. (38): Ed, Fuijui, 1995.
- DAMASCENO, M.N. *Escola saber e vida cotidiana: dimensão instrumental e interativa do trabalho docente*. Cadernos de Pós-graduação em Educação (59): 05-17, Edições UFC, Fortaleza, 1996.
- DAMASCENO, M.N. & THERRIEN, J. *Educação e hegemonia: o trabalho e as práticas sócio-educativas no campo*. Relatório de pesquisa CNPq. Fortaleza, FAGED/UFC, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Saber e prática social do educador*. Relatório de pesquisa CNPq, Fortaleza, FAGED/UFC, 1996.
- DAMASCENO, M. N. & THERRIEN, J. (org.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papyrus, 1993.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *Negócios, RMF lidera em concentração de renda*, Fortaleza, 04/12/1997.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *Negócios, Receita Total do Estado Cresce*, Fortaleza, 16/02/2000
- DIÓGENES, G. *Cartografias da Cultura e da Violência*. S. Paulo, Annablume, 1998.
- DUBET, François, *Sociologie de l'expérience*. Paris, Seuil, 1994.
- DUBET, François & MARTUCCELLI. *A l'école: sociologie de l'expérience scolaire*, Paris, Seuil, 1996.
- GUATTARI, Félix. & ROLINK, S. *CARTOGRAFIA do DESEJO*. Petrópolis, 1996.
- HABERMAS, J. *Teoria de la Accion Comunicativa*. Ed. Taurus, Madrid, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Conhecimento Pós-Metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- LINHARES, A. *Os Tortos e Doces Caminhos da Sensibilidade*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado. Faced/UFC, 1995.
- MADEIRA, F. “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70. *Cadernos de Pesquisa*. S. Paulo, no 58: 15-48, agosto, 1986.
- MANNHEIM, K. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITO, S. (org.) *Sociologia da Juventude*. S. Paulo, Zahar, 1968.
- MARTINS, M. Helena. S. *O jovem no mercado de trabalho*. *Revista Bras. de Educação*, nº 5: 93-108. São Paulo, ANPED, 1997.
- MELUCCI, Alberto. *L'invenzione del presente*. Bologna, il Mulino, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Juventude tempo e movimentos sociais*. *Revista Bras. de Educação*, nº 5: 5-14. São Paulo, ANPED, 1997.
- MARQUES, M. O. *Escola noturna e jovens*. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5: 63-75. São Paulo, ANPED, 1997
- OFFE, Claus. *Trabalho a Categoria-Chave da Sociologia?* *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Nº 10, Jun., 1989.
- OLIVEIRA, M. “A Teoria da Educação no Conflito das Racionalidades”. *Revista Educação em Debate*, 10(14): jul./dez. 1987.
- O POVO. *Economia, A barreira da inexperiência*, Fortaleza, 13/02/2000.
- PAIS, J. Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- PUCHMANN, Marcio. *Emprego e desemprego juvenil no Brasil: anos 90*. Campinas, UNICAMP, 1998 (obtido via Internet).
- RAZETO, L. *Los Caminos de la Economia de Solidaridad*. Santiago, Vivarium, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Economia popular e a empresa solidária*, *Revista Proposta* nº 75, Rio de Janeiro, dez/fev 1997/98.
- ROUANET, S. *As Razões do Iluminismo*. S. Paulo. Cia. das Letras, 1989.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo. Brasiliense, 1990.
- SPÓSITO, Marília. *Jovens e educação: novas dimensões da exclusão*. Em aberto. Brasília, ano 11, nº 56: 43-53, out/dez, 1992.
- SPOSITO, Marília Pontes. *A Sociabilidade Juvenil e a Rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade*, *Tempo Social*, USP, São Paulo, 1983.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Estudo sobre juventude em educação*. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5: 37-52. São Paulo, ANPED, 1997.